**FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E
PESQUISA – FUNDEPES
CONSELHO DELIBERATIVO**

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE
BOLSA ESTÁGIO PELA FUNDAÇÃO
UNIVERSITÁRIA DE
DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E
PESQUISA – FUNDEPES.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA – FUNDEPES**, no uso de suas
atribuições estatutárias e regimentais e de acordo com a deliberação tomada em reunião do
dia 27 de novembro de 2015.

CONSIDERANDO a Lei n.º 8.958, de 20.12.1994, que dispõe sobre as relações
entre as Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e
as Fundações de Apoio;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 7.423, de 31.12.2010, que regulamenta a Lei n.º
8.958, de 20 de dezembro de 1994;

CONSIDERANDO a Lei n.º 11.788, de 25.09.2008, que versa sobre os estágios de
estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau
e supletivo;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 87.497, de 18 de agosto de 1982, que regulamenta
a Lei n.º 6.494, de 07 de dezembro de 1977;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar o procedimento interno de
concessão de bolsa estágio pela FUNDEPES, em consonância com a legislação vigente.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1º Este Regulamento disciplina a concessão de bolsa estágio pela Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES, e define critérios que identificam o início da concessão, a duração, os beneficiários, os valores, a avaliação, a renovação, e o cancelamento da mesma.

Art. 2º A FUNDEPES concederá bolsa estágio de acordo com o estabelecido no art. 5º, inciso VI, de seu estatuto, com a legislação vigente e em consonância com as políticas institucionais da Instituição de Ensino a qual o aluno é matriculado.

Art. 3º Toda concessão de bolsa estágio pela FUNDEPES é condicionada ao estabelecido nesta Resolução.

CAPÍTULO II

Conceito

Art. 4º A bolsa estágio consiste numa retribuição destinada ao aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos de graduação, profissionalizantes de 2º grau, ou escolas de educação especial, de instituições devidamente conveniadas com a FUNDEPES e que pratique atividades de cunho didático-pedagógico visando propiciar a prática dos conhecimentos teóricos na linha de formação.

§1º O estágio, independente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividade de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.

§2º Os alunos beneficiários da bolsa estágio desempenharão suas atividades nos programas e projetos de ensino e de extensão gerenciados pela FUNDEPES ou na sede desta Fundação.

CAPÍTULO III

Requisitos de concessão

Art. 5º A bolsa estágio será concedida de acordo com as exigências da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e mediante a celebração de termo de compromisso de estágio, entre o bolsista e a FUNDEPES, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino.

Art. 6º Para que haja efetivação do pagamento da bolsa-estágio referente aos projetos e programas gerenciados pela FUNDEPES, conforme previsão expressa no § 2º, art. 4º, deverá haver previsão financeira no respectivo Plano Administrativo-Financeiro – PAF e disponibilidade financeira dos mesmos.

Art. 7º A FUNDEPES responsabilizar-se-á pelo seguro de acidentes pessoais dos estudantes, de acordo com o estabelecido no art. 9º, IV, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o qual deverá estar previsto no PAF do programa ou projeto, bem como as despesas com deslocamento do estagiário, previsto no artigo 12 da lei retromencionada.

CAPÍTULO IV **Valores e pagamento**

Art. 8º O valor da bolsa estágio, referente aos projetos e programas gerenciados pela FUNDEPES, será estabelecido previamente à sua concessão e conforme o estipulado pelo órgão financiador, no respectivo PAF.

Art. 9º O valor da bolsa estágio poderá ser alterado de acordo com a reformulação proposta no PAF do respectivo programa ou projeto.

Art. 10 O aluno contemplado com a bolsa estágio poderá integrar mais de um programa ou projeto, desde que o total da carga horária seja compatível com o estabelecido nos convênios com as Instituições de Ensino.

CAPÍTULO V **Duração**

Art. 11 O período de concessão da bolsa estágio deverá estar previamente definido no PAF do respectivo programa ou projeto, devendo o prazo de duração mínimo ser de 06 (seis) meses.

Parágrafo único. O período de vigência da bolsa estágio não poderá exceder a vigência do projeto ou programa.

CAPÍTULO VI **Cancelamento**

Art. 12 A bolsa estágio será cancelada, a pedido do coordenador, nas seguintes hipóteses:

I – por abandono caracterizado pela ausência não justificada, por 8 (oito) dias consecutivos ou de 15 (quinze) intercalados, no período de 1 (um) mês;

II – conclusão ou interrupção do curso, ou desligamento da Instituição de ensino;

III – no interesse e por conveniência do órgão concedente e/ou da Instituição de Ensino, inclusive se comprovado rendimento insatisfatório, após decorrida a terça parte do período previsto para o estágio;

IV – conduta incompatível, funcional ou social, do estagiário.

Art. 13 A bolsa estágio será cancelada a pedido do bolsista, a qualquer tempo, e automaticamente ao término do estágio.

CAPÍTULO VII **Disposições finais**

Art. 14 A bolsa estágio não estabelece vínculo empregatício de qualquer natureza, está sujeita à incidência do Imposto de Renda - IR, sendo isenta da contribuição previdenciária prevista no artigo 28, incisos I a III, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, previsto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

Art. 15 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo da FUNDEPES.

Art. 16 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala do Conselho Deliberativo da Fundação de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES, em Maceió, 27 de novembro de 2015.

Prof. Eurico de Barros Lôbo Filho
Presidente do Conselho Deliberativo da FUNDEPES